



FUNDO AMAZONIA

Plano de Trabalho

Florestas Comunitárias (IFT II)

Instituto Floresta Tropical (IFT)

Atualizado em 02/05/2017

Condições	
Valor total do projeto	R\$ 11.976.500,00
Valor do apoio - BNDES	R\$ 8.100.000,00
Valor desembolsado	R\$ 0,00
Data de contratação	06/06/17
Prazo de Utilização ¹	42 meses

Abrangência territorial

Três Unidades de Conservação Federais da categoria Reservas Extrativistas (Resex) na região do Arquipélago do Marajó, no estado do Pará: Arióca-Pruanã, Mapuá e Terra Grande-Pracuúba.

Beneficiários

Moradores destas reservas, que são associados de organizações comunitárias locais.

Objetivo do Projeto

Apoiar a implementação de modelos de manejo florestal comunitário para uso e comercialização de madeira e açaí, de modo a fortalecer a organização social, gerar renda e contribuir para a redução do desmatamento em Unidades de Conservação de Uso Sustentável no arquipélago do Marajó no estado do Pará.

¹ Prazo de Utilização é o período no qual a Beneficiária pode solicitar a liberação de recursos.

Descrição do Projeto

O projeto é composto por três produtos/serviços, que estão estruturados por atividades a serem construídas de forma sucessiva, a saber: (i) preparação para o manejo florestal comunitário; (ii) implementação do manejo florestal comunitário e (iii) comunicação e divulgação dos resultados do projeto. Os produtos serão acompanhados pelas atividades de gestão do projeto.

PRODUTOS E SERVIÇOS
Produto 1 Preparação para o manejo florestal comunitário
Produto 2. Implementação do manejo florestal comunitário
Produto 3. Comunicação e divulgação dos resultados do projeto

A tabela a seguir oferece uma visão da abrangência territorial e estimativa de pessoas beneficiadas pelo projeto:

Resex	Região/Município	Área (hectares)	Comunidades	Pessoas Atingidas Diretamente ²
Arióca-Pruanã	Oeiras do Pará	83.445	23	558
Mapuá	Breves	93.746	14	22
Terra Grande-Pracuúba	Curralinho e São Sebastião da Boa Vista	194.867	23	240
Total		372.059	60	820

Produtos e Serviços

Produto 1. Preparação para o manejo florestal comunitário

Valor estimado: até R\$ 1.800 mil (22%)

Este produto tem como principal finalidade a preparação da comunidade para implementar o manejo florestal comunitário e familiar na área de abrangência do projeto, o que requer a criação e fortalecimento de cooperativas; a capacitação dos moradores das Resex e a elaboração dos documentos necessários para aprovação do manejo florestal.

Inicialmente, será feito um levantamento da situação atual das comunidades (marco zero) de forma a estabelecer parâmetros para medição dos resultados ao final do projeto. O passo seguinte será criar, em conjunto com as comunidades, duas novas cooperativas e fortalecer uma

² Os números representam a quantidade de associados das associações e cooperativa abrangidas pelo projeto. A criação das cooperativas permite que a Resex faça a comercialização da madeira, o que não é possível via associações. A Resex Mapuá já possui cooperativa, recém-criada, com 22 associados; além de associação com 620 membros não contabilizados no quadro. O número de sócios da cooperativa tende a crescer a partir das atividades de fortalecimento previstas no projeto. As demais Resex terão cooperativas criadas com apoio do projeto e, atualmente, possuem apenas associações.

cooperativa já existente, para que elas executem as atividades de manejo florestal comunitário. Os cooperados serão capacitados nas áreas administrativa, financeira e de venda dos produtos, bem como serão orientados sobre os procedimentos de licenciamento das atividades produtivas florestais e também sobre a execução correta do manejo florestal. Para a exploração e comercialização de madeira serão elaborados para cada uma das Resex o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e o Plano Operacional Anual (POA), que devem ser aprovados pelo ICMBio. No caso do açaí é importante estabelecer planos de manejo para conservação das palmeiras e para discutir os meios mais promissores para a comercialização do produto.

Todo o processo será conduzido pela equipe do IFT, com participação dos cooperados, que estarão sendo capacitados para executar tais atividades após o término do projeto.

Atividades previstas:

- 1.1. Planejamento e sensibilização para o manejo florestal comunitário;
- 1.2. Elaboração de regimento interno, criação e consolidação de cooperativas;
- 1.3. Capacitação em gestão administrativa e financeira;
- 1.4. Capacitação em manejo florestal;
- 1.5. Elaboração de inventários florestais;
- 1.6. Elaboração de planos de negócios; e
- 1.7. Elaboração de planos de manejo florestal e planos operacionais anuais.

Produto 2. Implementação do manejo florestal comunitário

Valor estimado: até R\$ 4.180 mil (52%)

Este produto visa implementar os Planos de Manejo Florestais elaborados, por meio de aquisição de equipamentos e materiais, instalação de infraestruturas para o beneficiamento e transporte de produtos florestais e assistência técnica para acompanhar as atividades e orientar os cooperados.

Serão adquiridos equipamentos e materiais para as cooperativas executarem o manejo florestal e a comercialização da madeira e do açaí, tais como equipamentos de proteção individual, GPS, tratores, motosserra, barcos refrigerados e máquinas de despolpa de açaí. O início das atividades também tem a função de prover capacitação em campo, nas áreas destinadas na floresta, sobre técnicas exploratórias de manejo, com execução de atividades práticas pelos cooperados, sob supervisão do IFT. Serão trabalhadas técnicas especiais de corte de árvores e segurança, técnicas de planejamento e operação de arraste, técnicas de construção de pátios, estradas e infraestruturas, manejo de açazal e emissão de documento de origem florestal. Em paralelo, serão geradas informações sobre os custos operacionais e rendimento financeiro da atividade, resultando em publicações técnicas úteis para o setor florestal na Amazônia.

Após um acompanhamento mais próximo por parte do IFT, os cooperados darão continuidade às atividades do manejo florestal e beneficiamento da madeira e açaí de forma mais independente.

Para garantir a sustentabilidade do projeto, serão realizadas ações de apoio à comercialização. A proposta é que a venda dos produtos seja formal, negociada com transparência e com valores justos, acompanhada de assessoria jurídica nas primeiras transações. Também serão realizadas, no âmbito do projeto, visitas de potenciais compradores da madeira e do açaí às Resex, a fim de iniciarem negociações de comercialização transparentes, formais e justas e uma Feira da Floresta Comunitária, no município de Breves-PA.

Nos últimos meses do projeto, o IFT fará duas visitas técnicas a cada Resex para avaliar a gestão da cooperativa, as atividades de execução do manejo florestal, beneficiamento e transporte dos produtos florestais. Os objetivos desta atividade são detectar falhas e sugerir ações corretivas e monitorar os resultados do projeto.

Atividades previstas:

- 2.1. Implantação do manejo florestal;
- 2.2. Assistência técnica e extensão florestal;
- 2.3. Elaboração de contratos e comercialização dos produtos florestais; e
- 2.4. Avaliação dos resultados e ações corretivas.

Produto 3. Comunicação e divulgação dos resultados do projeto

Valor estimado: até R\$ 350 mil (4%)

Para dar escala ao manejo florestal comunitário na Amazônia e fortalecer as cadeias de valor dos produtos florestais é relevante difundir informações pertinentes aos processos de implementação dessas atividades. Um dos pontos fortes do projeto é sua possibilidade de replicação, dado que na região há diversas Unidades de Conservação de Uso Sustentável que poderiam passar por processos semelhantes de formalização das atividades extrativistas madeireiras e não madeireiras, contribuindo para a geração de renda e a conservação ambiental. Desta forma, serão realizadas as seguintes ações de comunicação: intercâmbio e visita da imprensa a uma Resex para apresentação dos modelos implantados e dos resultados do projeto; realização de fóruns local e regional para apresentação dos resultados do projeto; lançamento de publicações, tais como boletins técnicos sobre os modelos de manejo florestal comunitário, livro-reportagem com as experiências da comunidade e relatório final do projeto; e por fim, será lançado um documentário sobre o desenvolvimento do projeto.

Atividades previstas

- 3.1. Intercâmbio e visita da imprensa a uma Resex;
- 3.2. Fóruns local e regional para apresentação dos resultados do projeto;
- 3.3. Lançamento de publicações: boletins técnicos, livro-reportagem e relatório final; e
- 3.4. Lançamento de documentário.

Gestão do projeto

Este componente visa manter a instituição em operação, para dar suporte administrativo e financeiro ao projeto. Estão contempladas despesas indiretas de manutenção do escritório do IFT, tais como aluguel, energia elétrica, telefonia, internet, bem como a equipe administrativo-financeira, de comunicação e de informática da instituição, que será parcialmente alocada ao projeto. Tais despesas foram rateadas parcialmente, já que a instituição conta com outros projetos e outras fontes de recurso.

Também constam neste componente a aquisição de equipamentos de informática para a equipe administrativa, bem como a contratação de serviços de auditoria financeira e de contabilidade.

Valor estimado: até R\$ 1.770 mil (22%)

Principais usos previstos: recursos humanos do IFT para as atividades administrativas e de prestação de contas, serviços de auditoria, despesas administrativas para manutenção da operacionalização do IFT, equipamentos de informática para a equipe administrativa.

Estratégia de implantação do projeto

A intervenção no local do projeto será feita por meio de uma série de viagens e missões de campo da equipe do IFT, que está lotada na sede do escritório em Belém. Algumas atividades de capacitação serão realizadas no município de Paragominas (PA), onde o IFT conta com o Centro de Manejo Florestal Roberto Bauch (CMFRB). Durante 18 meses, o IFT contratará moradores da Resex que serão orientados pela equipe do IFT para a realização de assistência técnica diária nas áreas de manejo, fortalecendo a presença da instituição e capacitando os comunitários ao longo da execução dos trabalhos.

Os produtos do projeto serão construídos de forma participativa, com a realização de oficinas conduzidas por especialistas em gestão comunitária e cooperativismo e com participação dos comunitários, que decidirão sobre as formas de organização social, os modelos de manejo e os métodos de comercialização.

Nos primeiros meses de projeto, o IFT coletará uma série de informações para criar o “marco zero” do projeto, que retratará, por meio de indicadores, a realidade atual das atividades de manejo florestal nas áreas abrangidas pelo projeto, considerando indicadores como geração de renda, volume de produtos comercializados legalmente e em mercados formais e maturidade das organizações sociais locais. Ao final, os mesmos indicadores serão monitorados e comparados à situação anterior, sendo possível quantificar os impactos gerados pelo projeto. Tais resultados, bem como as lições aprendidas e os modelos implementados ao longo do projeto, serão apresentados para a sociedade, possibilitando a replicação de iniciativas semelhantes em outras Unidades de Conservação de Uso Sustentável da região.

Quadro de Usos e Fontes / Plano de Investimentos

O quadro a seguir apresenta o valor do apoio do Fundo Amazônia à operação, de até R\$ 8,1 milhões, dividido pelos componentes que a compõem.

Em R\$ mil

COMPONENTES		Valores Até	%
1	Preparação para o manejo florestal comunitário	1.800,00	22%
2	Implementação do manejo florestal comunitário	4.180,00	52%
3	Comunicação e divulgação dos resultados	350,00	4%
4	Gestão do projeto	1.770,00	22%
TOTAL GERAL		8.100,00	100%
FONTES		TOTAL	%
BNDES		8.100,00	100%
TOTAL		8.100,00	100%

O quadro de usos e fontes detalhado encontra-se em planilha Excel anexa.

Liberação de Recursos

No modelo operacional proposto, o beneficiário, previamente à liberação de cada parcela de recursos, deverá apresentar um Plano de Aplicação de Recursos (PAR) ao BNDES, o qual seguirá como anexo da minuta de contrato. O referido plano deverá definir, entre outras informações: i) a descrição das ações por componente, que se pretende implantar com os recursos solicitados, e os seus impactos/resultados; ii) o detalhamento dos usos referentes às ações que serão apoiadas; iii) os comprovantes de cumprimento das exigências específicas, prévias à liberação; iv) confirmação da inexistência de recursos disponíveis, próprios ou oriundos de outras fontes de financiamento, para apoiar as despesas/usos relativos à(s) ação(ões) prevista(s) no(s) respectivo(s) componente(s) do projeto, objeto da presente solicitação de liberação de recursos; v) outras informações relevantes.

As liberações de recursos ocorrerão somente após verificação das condições de liberação previstas em contrato, reproduzidas a seguir:

- Para liberação da primeira parcela dos recursos é necessária entrega de comprovante de autorização, à instituição financeira responsável pela conta corrente do Projeto, a entregar diretamente ao BNDES, quando por ele solicitado, extratos dessa conta corrente.
- Para liberação de cada parcela dos recursos é necessário comprovar:
 - a) inexistência de qualquer fato que, a critério do BNDES, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira do BENEFICIÁRIO ou que possa comprometer a execução do projeto ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES;
 - b) encaminhamento de solicitação de liberação indicando o valor e a destinação dos recursos;
 - c) comprovação da aplicação, no projeto previsto na Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato), dos recursos anteriormente liberados;
 - d) comprovação de regularidade do projeto perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração do BENEFICIÁRIO sobre a continuidade da validade de tal documento;
 - e) apresentação, pelo BENEFICIÁRIO, de Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio de INTERNET, a ser extraída no endereço www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br e verificada pelo BNDES nos mesmos.

-
- Para liberação de recursos referentes às ações de implementação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário: apresentação do Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário, aprovado pelo órgão ambiental competente.
 - Para liberação de recursos referentes a investimentos que consistam em intervenções físicas, reformas e obras civis:
 - a) apresentação de autorização ou licença ambiental de instalação, oficialmente publicada, emitida pelo órgão ambiental competente, ou sua respectiva dispensa;
 - b) quando aplicável, apresentação de documento que comprove a titularidade ou posse do imóvel objeto de intervenção e, conforme o caso, autorização do proprietário/possuidor para a realização da referida atividade.

Dentre as condições para liberação de recursos, recomenda-se atenção especial para as licenças ou respectivas dispensas necessárias nas intervenções físicas, que devem ser solicitadas com antecedência, de forma a não comprometer a liberação de recursos e o cronograma do projeto.



Prestação de Contas

Após a primeira liberação de recursos, é recomendável que a prestação de contas seja realizada com cerca de 70% a 80% dos recursos utilizados, de forma que o Grupo de Acompanhamento do BNDES (GAc) tenha tempo hábil para verificar as contas antes da realização da liberação seguinte. O GAc necessita de cerca de 2 meses para fazer a verificação das contas e das condições de liberação. As liberações não são realizadas nos primeiros e nos últimos dias úteis do mês. Em geral elas ocorrem entre os dias 8 e 22 de cada mês (aproximadamente).

A prestação de contas é feita a partir do preenchimento do Relatório de Desempenho e anexos, disponível no site do Fundo Amazônia (http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/como_apresentar_p_rojetos/).

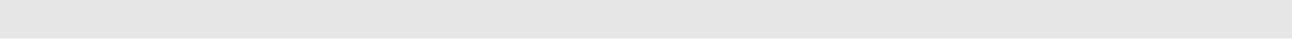
Após a verificação inicial das contas, o GAc solicitará documentos adicionais. Alguns documentos adicionais comumente solicitados são:

- extratos bancários da conta corrente e da aplicação financeira;
- amostra de notas fiscais e recibos apontados na relação de pagamentos, todos carimbados com identificação do projeto, bem como as respectivas cotações de preços dos itens e serviços adquiridos ou justificativa da não realização das cotações (recomendável a realização de três cotações). Dessa forma, tais documentos podem ser escaneados e arquivados a medida que forem lançados na relação de pagamentos, de preferência com a mesma numeração da planilha (sequencial) e com *hyperlink* entre a planilha e os arquivos;
- produtos gerados, tais como estudos, publicações, diagnósticos, planos de negócios, planos de manejo;
- listas de presença ou outra forma de comprovação, tais como registro fotográfico e filmagem, da realização de eventos, reuniões, intercâmbios e capacitações e da participação da comunidade;
- outros documentos a serem identificados após leitura do Relatório de Desempenho.

Antes do envio da prestação de contas, é importante verificar a consistência entre as informações preenchidas, tais como Movimentação Financeira e Relação de Pagamentos. Também devem ser observadas as Obrigações Especiais do Beneficiário – Cláusula Terceira do Contrato, inclusive as relativas a ações de comunicação, tais como: divulgação da colaboração do Fundo Amazônia e de informações sobre andamento físico e financeiro do projeto no site da instituição, placas nos locais de execução do projeto, adesivos nos veículos e equipamentos adquiridos com recursos do projeto, disponibilização de imagens e suas respectivas autorizações de divulgação. O quadro lógico também deve ser enviado, com os indicadores atualizados.

Cabe destacar que é necessário manter serviço de auditoria financeira externa, a cargo de sociedade de auditoria ou de auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, até o término do presente contrato, com entrega anual dos relatórios de auditoria ao BNDES.

O quadro de usos e fontes só poderá ser alterado mediante aprovação prévia do BNDES. Para isso, é necessário envio de ofício com o pedido de remanejamento, identificando a origem e o destino dos recursos remanejados, bem como justificativa para as alterações. O valor total do projeto não poderá ser alterado. A utilização do rendimento financeiro não é permitida antes da finalização do projeto e deve ser solicitada ao BNDES, por meio de ofício.



Quadro de Usos e Fontes detalhado

Arquivo Excel anexo.

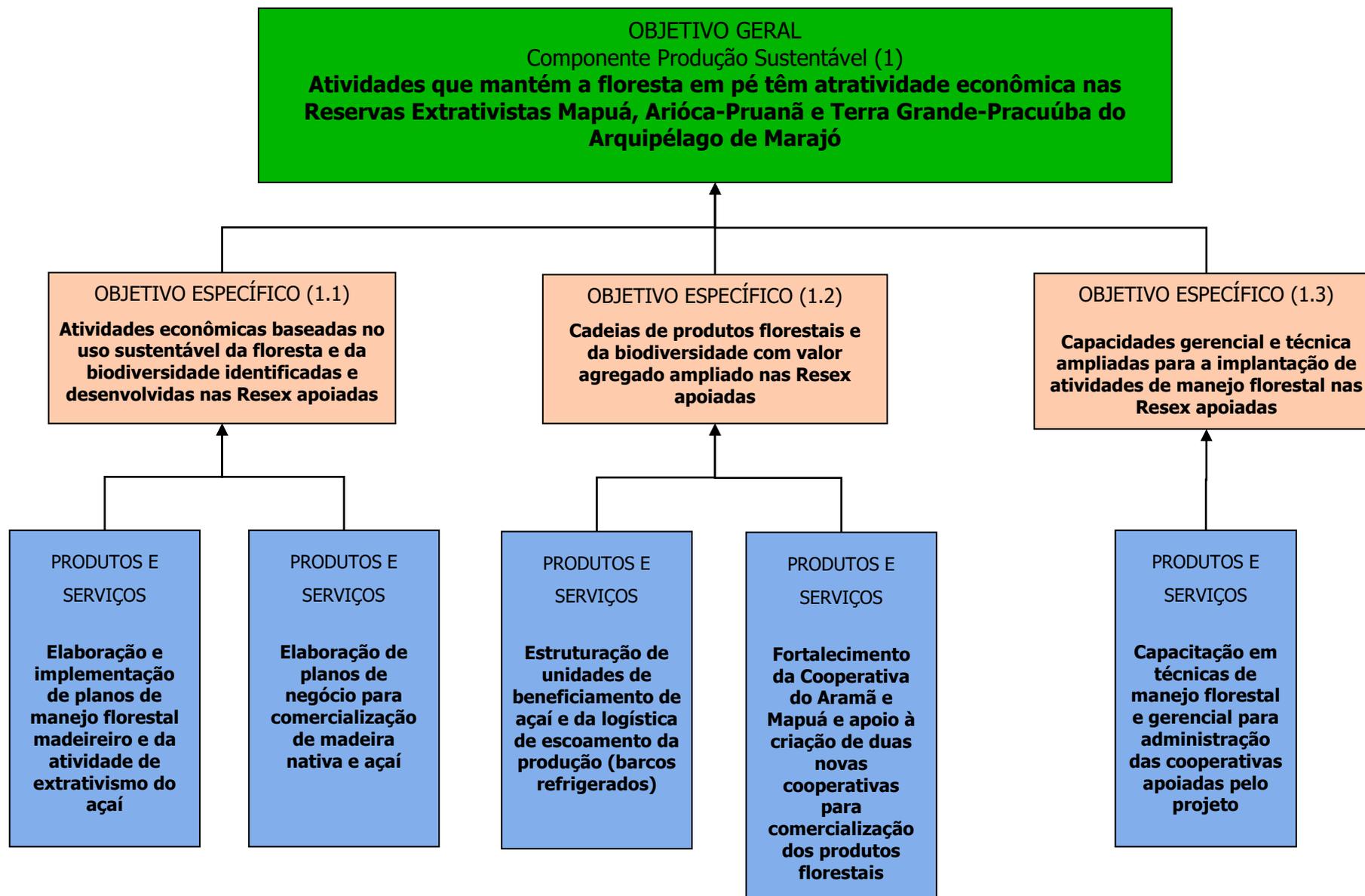
Cronograma de Desembolso Financeiro

Arquivo Excel anexo.

Cronograma de Execução Física

Tem que ser atualizado.

Árvore de objetivos



Quadro Lógico e Plano de Monitoramento e Avaliação

Arquivo Excel anexo.

Contatos da Equipe Técnica Responsável - Beneficiário

--

Contato do Grupo de Acompanhamento do Projeto no BNDES

André Ferro dos Santos – Gerente

afferro@bndes.gov.br

Tel: (21) 2172-6352

Juliana de Castilho Alvim - Administradora

juliana.alvim@bndes.gov.br

Tel: (21) 2172-7304

Pauliane das Virgens de Oliveira – Advogada

pauliane@bndes.gov.br

Tel: (21) 2172-8025